



Comitê de Gestão Estratégica

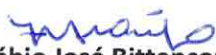
Ata da 3ª reunião do CGE do ano de 2025.

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, presencialmente, reuniram-se os membros do Comitê de Gestão Estratégica (CGE), com o objetivo de realizar a Reunião de Análise da Estratégia - RAE: o Desembargador Fábio José Bittencourt Araújo, Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas e do CGE; o Des. Celyrio Adamastor Tenório Accioly, Corregedor-Geral da Justiça; o Dr. Antonio Rafael Wanderley Casado da Silva, Juiz Auxiliar da Presidência; o Dr. Geneir Marques de Carvalho Filho, Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça; a Dra. Amine Mafra Chukr Conrado, Juíza Presidente do FUNJURIS; a Senhora Luciana de Omena Souza, Secretária Especial da Presidência; o Senhor Magno Vitorio de Farias Fragoso, Diretor Geral do Tribunal de Justiça; o Senhor Renato Barbosa Pedrosa Ferreira, Diretor Adjunto Especial de Contabilidade e Finanças (DICONF); a Senhora Juliana Santos de Moraes, Diretora Adjunta de Tecnologia da Informação (DIATI); o Senhor Helder Herberth Cavalcante Machado Melo Lima, Diretor Substituto da DIATI; os Senhores Arthur Silva Paes Barreto dos Anjos e Dayana Ferreira Sales, ambos da DIATI; o Senhor Clóvis Gomes da Silva Correia, Assessor Chefe de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário (APMP) e o Senhor Amós Henrique Alves de Araújo, da APMP, secretariando. O Presidente abriu a reunião e passou a palavra para o Sr. Clóvis Gomes, que comentou sobre as Metas Nacionais, apresentando as informações de cumprimento e de saldo processual, comunicando o resultado de cada Meta Nacional. No ensejo, o Presidente solicitou que, nas reuniões do CGE, sejam identificadas as unidades que possuem saldo processual nas metas não cumpridas. Em seguida, tratou-se dos itens avaliados no Prêmio CNJ de Qualidade 2025, com a explanação de critérios e respectivos resultados. Em apartado, o Presidente solicitou que o Dr. Antonio Rafael entrasse em contato com o Dr. André Gêda Peixoto Melo para esclarecimento de questões relativas aos eventos com população quilombola. Não obstante, seguiu-se a apresentação, ocasião em que houve discussão acerca do item relativo ao GMF, ao que foi esclarecido que as inspeções foram realizadas, todavia não foram inseridas no sistema dentro do prazo exigido pelo CNJ. Após a explicação, o Presidente asseverou que há a necessidade não apenas da identificação do não cumprimento, mas do

responsável por este não cumprimento. Por sua vez, o Diretor Geral alertou que, no item do monitoramento de inspeção prisional, deve-se observar o cumprimento mensal, de modo a identificar rapidamente possíveis falhas. Seguiram-se as explanações acerca dos demais itens, seus requisitos e resultados alcançados. O Presidente determinou providências na designação da equipe multidisciplinar referente ao item de Juizado de Violência Doméstica. Ato contínuo, passou-se ao item relativo às ações voltadas às aposentadorias de magistrados. Em seguida, houve a cobrança pelo Presidente acerca do cumprimento da Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância, bem como a solicitação de que o Dr. Antonio Rafael verificasse as questões apontadas junto ao Dr. Anderson Santos dos Passos. A apresentação avançou para o item do IPER, que é tratado em avaliação específica do CNJ. Na oportunidade, foi questionado pelo Presidente acerca das informações prestadas nessa aferição. Passou-se ao eixo de produtividade e, nesse instante, o Presidente inquiriu a respeito do item de redução da Taxa de Congestionamento Líquida, sobre a data de extração dos dados para essa informação, além de demandar ao Diretor Geral que este verificasse, junto à Dra. Eliana Augusta Acioly Machado de Oliveira, a baixa processual na sua unidade. Em continuidade, solicitou que o Dr. Antonio Rafael tomasse nota quanto à baixa processual e à licença compensatória, além de requisitar a verificação do tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos. Passou-se aos itens referentes aos índices de conciliação, fazendo-se constar que a fonte das informações é a base do DATAJUD. Por seu turno, o Presidente questionou o envio de expedientes acerca dos itens de conciliação, que não estão sendo cumpridos a contento do Prêmio, bem como do possível quantitativo necessário para tal alcance. Logo após, foram apresentados os resultados relativos ao julgamento ou baixa de processos mais antigos. Passou-se, em seguida, ao item de celeridade processual na tramitação das ações de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, de Feminicídio e das Medidas Protetivas de Urgência. Na ocasião, a Sra. Luciana de Omena mencionou a discordância advinda da Dra. Mayara Lima no tocante ao tempo médio apresentado das mencionadas medidas para a sua unidade, ao que foi informada que já estaria sendo analisado, uma vez que envolve interpretação do painel do CNJ em relação ao apresentado em relatório interno. Ademais, o Diretor Geral aproveitou o momento e fez observações acerca dos complementos de movimentação, uma vez que a inexistência destes no SAJ acaba impactando no resultado lido pelo CNJ por meio do DATAJUD. Asseverou também sobre a possibilidade de ser feito um “DE-PARA” de urgência a fim de procurar sanar situações problemáticas, o que foi acolhido pelo Presidente. Passou-se às informações sobre o item de adoção e acolhimento. Nessa temática, o Presidente questionou o resultado e pediu que fossem identificados os magistrados responsáveis. Na ocasião, o Diretor Geral mencionou um erro existente nesse quesito, além de solicitar que o setor responsável fosse acionado. A

FA

apresentação teve sequência com o item relativo ao IRDR, que gerou breve debate. Procedeu-se à notificação dos itens. Ato contínuo, houve o anúncio a respeito do resultado do Ranking da Transparência e o Presidente indagou sobre o tema e os trabalhos desenvolvidos para melhoria dos resultados. O Diretor Geral registrou ainda que não devem ocorrer ocasiões como a de o advogado peticionar e escolher assunto e classe. Em continuidade, o Presidente fez breve leitura da ata referente à reunião anterior e fez cobranças quanto aos itens respectivos. Por fim, solicitou o resultado parcial do Prêmio, o qual foi informado. Agradeceu a presença de todos e, nada havendo mais a tratar, foi encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Amós Henrique Alves de Araújo _____, Secretário designado e membro do CGE, lavrei a ata, que segue assinada pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça e do Comitê de Gestão Estratégica - CGE, Desembargador Fábio José Bittencourt Araújo.


Desembargador Fábio José Bittencourt Araújo
Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas